



Sindicato assina acordo histórico contra o assédio moral

O Sindicato assinou no último dia 26 de janeiro, juntamente com os demais sindicatos de bancários e a Contraf-CUT, o acordo aditivo que estabelece o Programa de Combate ao Assédio Moral nos locais de trabalho. A partir de agora, os bancários contam com mecanismos de prevenção e combate a essa prática perniciosa, podendo comunicar, por meio de canal próprio, os fatos diretamente aos sindicatos, que os encaminharão aos bancos. O acordo representa um enorme avanço principalmente para os trabalhadores dos bancos privados, que antes não contavam com caminhos para a apuração das denúncias.

Os bancos terão um prazo máximo de 60 dias para apurar as denúncias e prestar esclarecimentos aos sindicatos, que tomarão as providências legais cabíveis. A assinatura desse acordo estava prevista na Convenção Coletiva assinada com a Fenaban em decorrência da Campanha Nacional de 2010.

Os bancos comprometem-se ainda a declarar explicitamente condenação a qualquer ato de assédio e

reconhecem que o objetivo é alcançar a valorização de todos os empregados, promovendo o respeito à diversidade, à cooperação e ao trabalho em equipe, em um ambiente saudável. A Fenaban deverá fazer uma avaliação semestral do programa, com a apresentação de dados estatísticos setoriais, devendo ser criados indicadores que avaliem seu desempenho.

O acordo foi firmado com Bradesco, Itaú Unibanco, Santander, HSBC, Caixa Econômica Federal, Citibank, Votorantim, Safra e BIC

Banco. No Banco do Brasil foram instalados comitês de ética no ano passado, após negociações específicas com as entidades sindicais em 2009, com o mesmo objetivo: apurar as denúncias de assédio moral na instituição.

“Esse acordo é um marco na luta contra o assédio moral, não só para a categoria bancária, mas para os trabalhadores em geral”, afirma Fabiana Uehara, secretária de Saúde do Sindicato, que foi a São Paulo assinar o acordo em nome do Sindicato. Segundo ela, o acordo é resultado

do pioneirismo dos bancários na realização do debate sobre o tema. “Foram anos de luta e de organização da categoria para que chegássemos a esse acordo”, lembra o presidente do Sindicato, Rodrigo Britto.

Em Brasília, os bancários podem continuar a fazer as denúncias, fora desse programa, ligando diretamente para o Sindicato (3262-9090) ou conversando com o diretor da entidade responsável pela área onde o bancário está lotado. O Sindicato mantém a identidade do bancário sob absoluto sigilo.

O que é assédio moral no trabalho?

Assédio moral é a exposição dos trabalhadores e trabalhadoras a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções. É mais comum em relações hierárquicas autoritárias e assimétricas, em que predominam condutas negativas e relações desumanas e aéticas de longa duração, de um ou mais chefes dirigida a um ou mais subordinados, desestabilizando a relação da vítima com o ambiente de trabalho e a organização, forçando-o a desistir do emprego. Em resumo: um ato isolado de humilhação não é assédio moral.

A prática do assédio pressupõe:

- Repetição sistemática
- Intencionalidade (forçar o outro a abrir mão do emprego)
- Direcionalidade (uma pessoa do grupo é escolhida como bode expiatório)
- Temporalidade (durante a jornada, por dias e meses)
- Degradação deliberada das condições de trabalho

BB ignora jornada de 6 horas, e Sindicato fará manifestações para garantir direito dos bancários

Conquista histórica dos bancários, o cumprimento da jornada de seis horas vem sendo sistematicamente ignorado pela direção do Banco do Brasil, que insiste em descumprir a legislação vigente. “O BB tem que sair da ilegalidade. É inadmissível que uma empresa com mais de dois séculos de história desgaste sua imagem com um problema tão grave e que afeta milhares de trabalhadores”, afirma Eduardo Araújo, coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil e diretor do Sindicato.

Ao insistir no descumprimento da legislação trabalhista, o banco vem sofrendo milhares de derrotas na Justiça. O mais impressionante é que o crescimento vertiginoso do passivo trabalhista parece não incomodar nem um pouco o Conselho Diretor do BB, que assiste de camarote à avalanche de processos judiciais cobrando a 7ª a 8ª horas. “O pior é que a direção do banco prefere gastar dinheiro com advogados terceirizados a pagar o que é de direito dos bancários”, denuncia Rafael Zanon, secretário de Assuntos Jurídicos do Sindicato e funcionário do BB.

Diante dessa postura lamentável, o Sindicato manda um recado para o presidente do banco, cobrando de Aldemir Bendine que o BB saia da ilegalidade: “Exigimos o cumprimento da jornada de seis horas já”, complementa Zanon.

Sem palavra

A direção da empresa havia se comprometido a solucionar a ilegalidade até junho do ano passado, o que não ocorreu até hoje. Nada foi apresentado aos trabalhadores.

Mas o Sindicato transformou o descaso do BB em ações judiciais.

No final do ano passado, a entidade ingressou com diversas ações coletivas por grupos. Quem quiser participar da reclamação, com formação de novo grupo, basta entrar em contato com o Departamento Jurídico do Sindicato pelo telefone 3262-9090.

Mesmo com os processos nos tribunais, o Sindicato promete fazer barulho contra o descaso do banco em relação ao cumprimento da jornada de 6 horas. A partir de fevereiro, os bancários iniciarão uma série de manifestações exigindo a resolução do problema por parte da direção da empresa.



Sindicato dá as boas-vindas a novos bancários do Banco do Brasil, que tomaram posse no último dia 31 de janeiro. Ampliação do quadro de funcionários, com 10 mil novas contratações, é conquista da greve de 2009



Reunião do Sindicato com funcionários da agência Dnit em 1º de fevereiro, debate questões do funcionalismo. Na quinta-feira 2 o Sindicato esteve na agência do Brasília Shopping

CCP é retomada, mas BB frustra demandas de horas extras

Mesmo o passivo trabalhista crescendo assustadoramente no Banco do Brasil, a direção do banco insiste em descumprir a legislação em vigor em relação à jornada de trabalho do bancário, desgastando a imagem da instituição e do governo federal, que é seu acionista majoritário. Além dessa postura ilegal, os diretores da instituição financeira também estão colocando em descrédito um instrumento que tem o intuito de diminuir as demandas na Justiça contra a empresa: a Comissão de Conciliação Prévia (CCP), que atua como uma instância anterior à ação judicial, para a resolução de pendências trabalhistas.

Desde a retomada da CCP, diversas demandas de 7ª e 8ª horas e de horas extras além da oitava foram apresentadas por ex-bancários, incluindo gerentes, nenhuma recebendo proposta por parte do BB. Apenas uma conciliação – referente às diferenças do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para gerentes que trabalharam no exterior – prosperou.

Pelo fato de a direção da empresa ainda não ter resolvido administrativamente a questão da jornada de 6 horas para os cargos não gerenciais, os pleitos demandando 7ª e 8ª horas estão sendo frustrados por parte do BB. “A demo-

na resolução dessa ilegalidade pode acabar inviabilizando a CCP. A omissão da direção da empresa vem causando prejuízo para os trabalhadores e jogando contra o próprio patrimônio”, ressalta Eduardo Araújo, coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB e diretor do Sindicato.

Novela antiga

Na avaliação do Sindicato, é lamentável a postura do BB em relação à CCP. “O banco vem frustrando expectativas que ele mesmo alimentou junto a diversos trabalhadores ao não possibilitar um acordo de con-

ciliação. Isso leva a mais demandas judiciais e perda de tempo por parte dos trabalhadores, além dos custos financeiros e de imagem para a empresa”, observa Rafael Zanon, secretário de Assuntos Jurídicos do Sindicato e também funcionário do BB.

As idas e vindas da CCP do BB parecem não ter fim. Dentro da série ‘Não vale a pena ver de novo’, o banco repete postura intransigente adotada em 2008 e 2007. “Anunciar que as comissões foram reabertas e depois inviabilizá-las é uma demonstração de total descaso para com esse tipo de instrumento de mediação das questões trabalhistas”, acrescenta Zanon.

Sindicato cobra da Caixa

devolução dos dias descontados na greve de 2008

Uma das conquistas da negociação específica com a Caixa Econômica Federal foi a devolução dos valores descontados indevidamente pela empresa dos bancários que aderiram às greves de 2007 e 2008.

Buscando atender os anseios da categoria e repor essas perdas financeiras no menor prazo possível, o Sindicato cumpriu todas as etapas constantes do ofício que traz os termos para a devolução (veja tópicos) e aguarda posicionamento e providências da Caixa desde o dia 10 de dezembro do ano passado, mas a empresa ainda não se manifestou e

demonstra descaso com a questão.

“O Sindicato continua e vai continuar cobrando da Caixa a conclusão do processo e a devolução, o mais rápido possível, do dinheiro indevidamente apropriado dos empregados, que legitimamente participaram do movimento grevista de 2008 (caso de Brasília) e tiveram os dias descontados”, afirma Antonio Abdan, diretor do Sindicato e funcionário da Caixa.

A Caixa tem prazo de 90 dias, após vencidas todas as etapas, para efetuar os créditos.

Veja abaixo o andamento dos procedimentos para a devolução, conforme ofício 051/2010/SUAPE/

SURSE, encaminhado à Contraf-CUT no dia 16 de novembro do ano passado:

- Manifestação, até 15/12/2010, por parte do sindicato em extinguir o processo judicial que requer a devolução dos dias descontados da greve de 2008;
 - **Responsável:** Sindicato.
 - **Situação:** Concluído em 10/12/2010.
- Emissão, por parte da CR Gestão de Pessoas/BH, do Termo de Transação Judicial e da Petição para Protocolo

em Juízo, os quais são encaminhados aos sindicatos para assinatura

- **Responsável:** Caixa.
- **Situação:** Pendente.

- Após o recebimento e assinatura do Termo e da Petição, por parte do Sindicato e seu advogado, a documentação é encaminhada à área trabalhista da unidade jurídica da Caixa, que tomará as demais providências.

- **Responsável:** Sindicato e Caixa.
- **Situação:** Aguardando conclusão do procedimento anterior.

Proposta de novo PCS é incompleta. Sindicato aguarda resposta do BRB para itens prioritários

Criado em 2010, o grupo de trabalho (GT) responsável pelas alterações no novo Plano de Cargos e Salários (PCS) do BRB apresentou, na quarta-feira (2), sua proposta de ajuste ao plano. Proposta esta reconhecida pelo próprio GT como incompleta, devido, inclusive, à circunstância de sua elaboração, terminada em dezembro, em fase de transição de governo.

A proposta de ajuste ao PCS foi apresentada aos diretores do Sindicato André Nepomuceno, secretário-geral da entidade, Cida Sousa e Cristiano Severo pela gerente da Gerência de Promoção da Saúde e Qualidade de Vida (Gepaq), Isabel Cristina, que coordenou o GT.

O gerente-executivo do Departamento de Gestão de Pessoas (Degep), Célio do Prado, reiterou aquilo que a diretoria do banco já havia sinalizado ao Sindicato na reunião do dia 26: a nova direção entende que o novo PCS deve ser estudado e elaborado com mais tempo e profundidade, até o final do primeiro semestre.

Na proposta apresentada, há alguns fatos interessantes, porém, está longe de ter uma coerência global. O Sindicato defende que este instrumento fundamental para as carreiras seja



profissional e técnico. No entanto, há alguns itens pendentes e já comprometidos anteriormente.

“Reafirmamos que algumas demandas sejam contempladas de imediato, pois são requisitos que se incorporam harmonicamente a uma estrutura futura de PCS”, afirma André Nepomuceno, secretário-geral do Sindicato e funcionário do BRB.

As reivindicações imediatas do Sindicato são:

- 1) Elevação dos pisos;
- 2) Aumento do número de padrões;
- 3) Elevação do interstício entre os

padrões, que hoje é de 0,8;

- 4) Equiparação da função dos gerentes de negócios dos níveis 2 ao 5, ao nível 1;
- 5) Volta dos gerentes administrativos para as agências com número superior a 15 trabalhadores (bancários e estagiários);
- 6) Retorno dos supervisores de caixa;
- 7) Flexibilização do VR para que não seja limitador de ganhos, como progressão por tempo de serviço e progressão por merecimento e ainda anuênios;
- 8) Criação da jornada de 6 horas aos detentores de função gratificada, principalmente os de ‘caráter técnico’ (sem redução salarial);
- 9) Instituição de critérios claros de encarreiramento que permitam aos trabalhadores alcançar funções, com a garantia de acesso às informações dos resultados dos processos, bem como utilização de processos transparentes e mais objetivos;
- 10) Elevação da AG de caixa.

Ao final da reunião, o gerente-executivo da Degep se comprometeu que a diretoria dará uma resposta ao Sindicato até a semana que vem.

Sindicato se reúne com nova diretoria

A primeira reunião entre o Sindicato e a nova diretoria do BRB, realizada dia 27, foi marcada pelas boas perspectivas de relacionamento entre as duas instituições. Além das boas-vindas aos novos dirigentes do banco, os representantes sindicais buscaram entendimento sobre assuntos relevantes aos bancários, como o Plano de Cargos e Salários (PCS) e as alterações estatutárias da Regius, que contemplem a criação de uma nova diretoria e estabelecimento da paridade na gestão executiva da entidade.



Leia a íntegra destas notícias no site www.bancariosdf.com.br

- **Conquista histórica dos bancários: duas diretorias da Regius serão eleitas pelos participantes**
- **Auxiliares administrativos do BRB assumem na direção geral**
- **Ginástica laboral duas vezes por semana**

Bancários cobram eleições democráticas no SantanderPrevi

Sindicatos em todo o país promoveram na terça-feira 1º de fevereiro uma série de protestos exigindo a suspensão das eleições antidemocráticas do SantanderPrevi, sucessor do HolandaPrevi, o fundo de pensão dos funcionários do Santander.

Em Brasília, os diretores do Sindicato Rosane Alaby e Talita Régia e

da Fetec-CN José Anilton visitaram as agências do Santander no Plano Piloto e conversaram com os bancários sobre a situação. “Aconselhamos que os bancários não participem das eleições, uma vez que o banco descumpriu a promessa feita em 2009 de colocar um representante dos funcionários nos conselhos deliberativo e fiscal do fundo

de pensão”, afirma Rosane Alaby. O material será entregue nas demais agências do DF ao longo da semana.

Os funcionários receberam um jornal específico com as informações sobre o fundo de pensão e as reivindicações contra a falta de democracia no processo eleitoral do SantanderPrevi. “Cobramos a suspensão imediata das eleições e uma negocia-

ção para discutir novos moldes para o pleito”, frisa José Anilton.

A Contraf-CUT, as entidades sindicais e a Afubesp já enviaram uma carta à direção do Santander cobrando novas eleições. Na quinta 3, o juiz Sérgio da Costa, da 33ª Vara Cível de SP, proferiu uma liminar suspendendo os efeitos do processo eleitoral em andamento.

Ladrões aproveitam falta de segurança para roubar caixas eletrônicos do Itaú no DF

Ladrões estão se utilizando da falta de vigilantes no período noturno, especialmente nos finais de semana, para roubar depósitos de clientes nos caixas eletrônicos do banco Itaú Unibanco no DF. Na modalidade conhecida como “pescaria”, os criminosos utilizam um envelope revestido por fita adesiva de dupla

face para roubar envelopes com depósitos nos caixas eletrônicos.

As denúncias foram feitas ao Sindicato pelos próprios bancários do Itaú Unibanco. Após receber as reclamações, o Sindicato foi a várias agências do banco no Distrito Federal e constatou que essa prática é bastante disseminada.

“Quem mais sofre são os gerentes, que são obrigados a fazer a reposição para os clientes e ainda ouvir a reclamação”, conta Roberto Alves de Souza, o Robertinho, bancário do Itaú Unibanco e diretor do Sindicato. “Reivindicamos a contratação de vigilantes para o período noturno, inclusive nos finais de semana, a fim

de evitar esse estorvo aos clientes e aos bancários”, completa ele.

Os bancários informaram também que o problema das “pescarias” noturnas dos criminosos acaba prejudicando o relacionamento das agências com instâncias superiores, penalizando-as no programa Agir do banco.

Sindicato recolhe mais de 5 toneladas de doações para as vítimas das chuvas no RJ e SP

Em exatos 14 dias de campanha para ajudar os desalojados e desabrigados vítimas das enxurradas que arrasaram a região serrana do Rio de Janeiro e o interior de São Paulo, o Sindicato arrecadou mais de cinco toneladas de doações. A iniciativa,

que recolheu roupas, água, alimentos não perecíveis e produtos de higiene e limpeza, foi encerrada dia 28 de janeiro com saldo mais que positivo.

As doações foram entregues pelo Sindicato à Cruz Vermelha nos dias 19, ao final da primeira etapa da cam-

panha, e na sexta-feira 28, data do seu encerramento. Nesta última remessa, foi o presidente da Cruz Vermelha Brasileira em Brasília, coronel Paulo José, quem recebeu as doações, na sede da organização, localizada na Asa Norte. O caminhão alugado pelo

Sindicato para levar os donativos ficou à disposição da Cruz Vermelha para fazer o transporte até a base aérea de Brasília. A corrente do bem recebeu contribuições por meio do disque-doação e de três pontos de coleta montados pelo Sindicato.

Inscrições abertas para novas turmas do curso CPA 10

Estão abertas as inscrições para os cursos de preparação para o exame de Certificação Profissional Anbid Série 10 (CPA 10). Serão formadas três turmas, sendo uma regular e duas de ‘intensivão’.

As aulas da turma regular começam no dia 7 e vão até o dia 17 de fevereiro, de segunda a

sexta, das 19h30 às 22h30, na sede do Sindicato (EQS 314/315 – Asa Sul). Já as duas turmas do ‘intensivão’ terão aulas aos sábados, sendo uma no dia 12 de fevereiro e outra no dia 19. As aulas começam às 9h da manhã e seguem durante todo o dia, com intervalo para o almoço.

“As aulas são importantes para melhorar o

currículo e conhecimento dos trabalhadores do ramo financeiro”, frisa Wandeir Severo, secretário de Formação do Sindicato.

Os bancários interessados em participar do curso devem entrar em contato com o Sindicato (3262-9020) e falar na Secretaria de Formação/Cedoc.

INFORMATIVO **bancário**

CUT CONTRAF FETEC CUT Centro Norte

Sindicato dos Bancários de Brasília

Presidente Rodrigo Lopes Brito (presidencia@bancariosdf.com.br) **Secretária de Imprensa** Rosane Alaby
Conselho Editorial Wandeir Severo (Caixa), Antonio Eustáquio (BRB), Rafael Zanon (BB) e Rosane Alaby (Bancos Privados)
Jornalista responsável e edição Renato Alves **Editor Assistente** Rodrigo Couto **Redação** Thais Rohrer, André Shalders e Prícilla Beine (estagiária) **Editor de Arte** Valdo Virgo **Diagramação** Marcos Alves **Webmaster** Elton Valadas **Cinegrafista** Ricardo Oliveira
Fotografia Agnaldo Azevedo **Sede** SHCS EQ 314/315 - Bloco A - Asa Sul - Brasília (DF) - CEP 70383-400 **Telefones** (61) 3262-9090
 (61) 3346-2210 (imprensa) **Fax** (61) 3346-8822 **Endereço eletrônico** www.bancariosdf.com.br **e-mail** imprensa@bancariosdf.com.br
Tiragem 18.000 exemplares **Distribuição gratuita** Todas as opiniões emitidas neste informativo são de responsabilidade da diretoria do SEEB-DF